



299

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0000858-41.2008.8.17.1250 (0274824-1)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: GILBERTO CARLOS FERREIRA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL). TRIBUNAL DO JÚRI. NÃO ACOLHIMENTO DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO DA TESE ACUSATÓRIA QUE SE REVELOU MAIS VEROSSÍMEL. SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENOU O APELANTE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que não ocorre no caso em apreço.
2. Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.
3. Recurso não provido.



300

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0274824-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de julho de 2014.

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

290

18

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0000858-41.2008.8.17.1250 (0274824-1)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: GILBERTO CARLOS FERREIRA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação criminal interposta por **Gilberto Carlos Ferreira** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena definitiva de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Consta na denúncia que no dia 21 de abril de 2008, por volta das 10:30h, na Rua Alice Xavier de Moraes, defronte ao nº 76, bairro Rio Verde, no município de Santa Cruz do Capibaribe, o denunciado **Gilberto Carlos Ferreira**, conhecido como "**Gil Cabeção**", utilizando-se de uma arma de fogo, efetuou dois disparos contra a vítima **Thiago Taumaturgo Silva Lira**, vulgo "**Bigula**", ocasionando-lhe a morte, conforme perícia tanatoscópica coligida aos autos.

Narra a peça acusatória que, no momento do crime, a testemunha Sandro Ferreira da Silva estava sentada na calçada de sua casa, próximo onde a vítima estava acorada consertando sua bicicleta, quando percebeu o denunciado aproximando-se por detrás da vítima, tendo esta se virado rapidamente e o cumprimentando com a expressão: "É o Gil!", retomando o seu trabalho.

Tem-se que, nesse instante, a referida testemunha ouviu dois disparos de arma de fogo, ao olhar novamente em direção onde estavam vítima e denunciado, momento em que presenciou a vítima se debatendo no chão e o denunciado afastando-se em desabalada carreira.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

291

A genitora do denunciado, por sua vez, revelou em sede policial que, naquela manhã, por volta das 11h, seu filho entrou abruptamente em sua casa dizendo: "Matei um agora!". Em seguida, revelou ter matado "Bigula", pelo fato de o mesmo estar dando informações a respeito de seu paradeiro às pessoas de "Ricardinho" e "Neném", que tencionariam matá-lo.

Apurou-se, ainda, que o crime pode ter sido cometido em razão de uma dívida relacionada à venda de drogas, supostamente devida a José Adeilson Galdino Silva ("Índio"), considerando que a vítima era viciada no consumo de maconha e crack.

O Juiz de primeiro grau, na sentença (fls. 246/247), baseando-se na decisão proferida em plenário, aplicou ao apelante as penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do CP, fixando a pena-base em 20 (vinte) anos de reclusão, a qual se tornou definitiva, ante a ausência de outras moduladoras, a ser cumprida em regime inicial fechado.

A defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 254/256), pugna pela reforma da sentença, para que o réu seja submetido a novo julgamento, sob a alegação de negativa de autoria. Bem assim, pleiteia a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso.

O representante do *Parquet*, em sede de contrarrazões (fls. 259/262) requer que seja negado provimento ao apelo, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos.

Nesse mesmo sentido, a Procuradoria de Justiça, em sede de parecer (fls. 273/274), opina pelo não provimento do apelo.

É o Relatório. À Douta Revisão.

Recife, 22 de abril de 2014.

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator

301



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000858-41.2008.8.17.1250 (0274824-1)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: GILBERTO CARLOS FERREIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Gilberto Carlos Ferreira** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena definitiva de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

A defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 254/256), pugna pela reforma da sentença, para que o réu seja submetido a novo julgamento, sob a alegação de negativa de autoria. Bem assim, pleiteia a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso.

É cediço que a cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que, seguramente, não ocorre na espécie.

De fato, da análise do conjunto probatório, tem-se que a materialidade e a autoria delitiva ficaram comprovadas, diante da perícia tanatoscópica de fl. 30 e da prova testemunhal coletada.

302



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

No caso *sub examine*, há uma versão de prova no sentido de que o recorrente, mediante disparos de arma de fogo, assassinou a vítima Thiago Taumaturgo Silva Lira, enquanto este consertava uma bicicleta.

Embora o apelante negue o cometimento do crime, boa parte das testemunhas arroladas pelo *Parquet* afirma que os comentários na localidade sobre a autoria delitiva recaem, unicamente, sobre o acusado (fls. 19, 23/29, 48/54 e 156/158).

Por sua relevância, destaco o depoimento de **Sandro Ferreira da Silva**, testemunha ocular do crime, prestado em sede judicial, que aponta o acusado como autor do delito (fl. 156):

*"que os fatos ocorreram como narrados na denúncia; que, no momento do crime, estava sentado defronte de sua casa, enquanto a vítima se encontrava numa oficina localizada nas proximidades, consertando a bicicleta; que o acusado passou numa bicicleta, deu volta no quarteirão, voltou ao local onde se encontrava a vítima e deu dois tiros no ofendido; que as coisas se passaram muito rapidamente; que não ouviu nenhuma discussão entre o acusado e a vítima no momento do fato; que, depois de efetuar os disparos, o acusado saiu do local na bicicleta; que conhecia o acusado e a vítima, mas apenas de vista (...) que, quando foi atingido, o ofendido estava acorado; que confirma o teor do depoimento prestado perante a autoridade policial (fls. 14/15) e lido nesta oportunidade"*

Bem assim, importa destacar as informações prestadas pela genitora do acusado, **Maria Rosa Ferreira**, em sede policial (fls. 23/24), as quais foram ratificadas, posteriormente, conforme termo de reinquirição de fls. 46/47:

*"Que no dia 21-04-2008, por volta das onze e pouca, a declarante encontrava-se em sua residência quando ali chegou o seu filho Gilberto, o qual entrou e vestiu um short e uma camisa do irmão, dizendo ao sair: 'matei um agora'; Que inicialmente a declarante não acreditou, tendo o Gilberto mandado ela olhar, esclarecendo que o fato se deu próximo ao canal do bairro Rio Verde e que o corpo ainda estava no local; Que o Gilberto entrou*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

*na casa da declarante e saiu rapidamente (...); Que ouviu dizer que o Gilberto havia matado aquela pessoa porque ela vinha dando informações a respeito do seu paradeiro (do Gilberto), isso as pessoas de 'Ricardinho' e 'Nenem'; Que o 'Ricardinho' e o 'Nenem', estavam à procura do Gilberto para matá-lo, não sabendo a declarante esclarecer porquê" (fls. 23/24)*

Impende destacar que é assegurado ao Tribunal do Júri o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, "c", da CF), de modo que, se no processo existirem elementos de prova verossímeis em mais de um sentido, podem os jurados optar por qualquer um deles, uma vez que julgam por íntima convicção, só sendo possível a anulação do seu julgamento quando representar visível afronta à prova dos autos, o que, seguramente, não ocorre.

Outro não é o entendimento do STJ, consoante o seguinte aresto. *in verbis*:

**"EMENTA: HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. SOBERANIA DE VEREDICTOS. VERTENTES ALTERNATIVAS DA VERDADE DOS FATOS. PROVA. INDEMONSTRAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. À instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos. 2. O artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular. 3. Oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, quer em sede de apelação, quer em sede de revisão criminal, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária. 4. Não basta, todavia, a evitar seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular, a alegação simples da existência de vertentes alternativas da prova da verdade dos fatos, impondo-se que se a demonstre objetivamente nos autos, particularizando as provas de que exsurge a versão outra que permitiu a convicção**

304



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

*diversa dos jurados. 5. Ordem denegada.*" (STJ. Sexta Turma. HC 58295/MS. Rel. Ministro Hamilton Carvalhido. Julgado em 29/04/2008)

Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.

No tocante à dosimetria da pena, observa-se que foram devidamente sopesadas pelo Juízo *a quo* as circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal. Não se pode olvidar, outrossim, que a pena-base, para atender a necessidade de reprovação e prevenção, será dosada acima do mínimo legal se pelo menos uma circunstância judicial se demonstrar adversa.

No caso em apreço, foi fixada a pena-base acima do patamar mínimo (cuja pena varia de 12 a 30 anos), mas com fundamentação concreta e dentro do critério da discricionariedade juridicamente vinculada, baseada na culpabilidade, na conduta social e na personalidade do agente, razão pela qual deverá ser mantida.

Por sua vez, não merece prosperar o pleito de concessão de efeito suspensivo ao recurso. Com efeito, a manutenção da segregação está devidamente fundamentada com base no vasto conjunto probatório, que trouxe a certeza necessária para prolação da sentença penal condenatória pelo Tribunal do Júri.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao apelo**, mantendo a sentença atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 1<sup>o</sup> de *Julho* de 2014.

*[Assinatura]*  
Des. Marco Antonio Cabral Maggi

Relator





305

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0000858-41.2008.8.17.1250 (0274824-1)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: GILBERTO CARLOS FERREIRA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

**REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto**

**VOTO**

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

**GILBERTO CARLOS FERREIRA**, vulgo "Gil Cabeção", foi condenado a 20 (vinte) anos de reclusão, pela prática de crime previsto no artigo 121, §2º, inciso IV, do Código Penal, por força de decisão proferida no Tribunal do Júri da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Inconformado, o réu interpõe o presente apelo.

Alega, basicamente, que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos, eis que teria sido baseada apenas em depoimento de testemunha que, embora o tenha visto correndo com uma arma na mão no local do crime, não teria percebido que ele, na verdade, apenas procurou se defender ao ouvir os disparos que atingiram a vítima. Diz, ainda, que a qualificadora reconhecida pelo júri não se sustenta, uma

306  
vez que a vítima, que seria traficante de drogas, nunca ficaria acorada de costas em plena via pública, em condição totalmente desprotegida.

Por tais razões, pede a anulação do julgamento a fim de que a outro seja submetido.

Há de se destacar, contudo, que a materialidade do crime se encontra demonstrada nos autos através da perícia tanatoscópica de fl. 30 e da certidão de óbito à fl. 32, e que, de outra parte, as provas apontam de forma cabal para o apelante como autor do crime descrito na denúncia.

Com efeito, a testemunha Sandro Ferreira da Silva, em juízo (fl. 156), disse ter presenciado o crime e o narrou em detalhes, tendo dito que a vítima estava consertando uma bicicleta, acorada, quando o acusado ali passou, também de bicicleta, deu uma volta no quarteirão e voltou ao local em que a vítima se encontrava, ocasião em que, sem que tivesse havido qualquer discussão, deu dois tiros nela.

Ainda em sede policial, e em duas oportunidades (fls. 23/24 e 46/47), a mãe do acusado, Maria Rosa Ferreira, afirmou que ele chegou à residência em que viviam, naquela manhã, dizendo que havia matado uma pessoa momentos antes.

No mais, as testemunhas ouvidas perante a autoridade judiciária disseram ter tomado conhecimento de que o acusado foi o autor do crime de que se trata.

A bem da verdade, não há qualquer outro suspeito apontado nos autos, recaindo a acusação somente sobre o ora recorrente, de modo que, diante do sólido conjunto probatório colhido, não há dúvida da autoria do delito.

Quanto à qualificadora admitida pelos jurados, também encontra o devido apoio nos autos, pois, segundo as testemunhas – e

307

conforme o próprio acusado reconheceu ao ser ouvido em juízo (fl. 241/243) -, a vítima estava acorada, de costas, consertando uma bicicleta, quando foi alvo dos tiros. Logo, resta evidente que ela foi apanhada de surpresa.

Diga-se, ainda, que, diante da análise francamente desfavorável das circunstâncias judiciais da culpabilidade, dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do réu, mostrou-se adequada a fixação da pena-base em 20 (vinte) anos de reclusão, a qual assim se concretizou em razão da ausência da atenuante/agravante ou de causa de diminuição/aumento da pena.

Por fim, tenho que o pedido de concessão de efeito suspensivo ao apelo é inócuo, pois, como regra geral, a apelação já possui efeito suspensivo, conforme dispõe o artigo 597 do CPP. De todo modo, a prisão cautelar do acusado se mostra necessária, especialmente diante da periculosidade por ele demonstrada.

Por todo o exposto, e em consonância com o entendimento da Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de negar provimento ao apelo, para o fim de que seja mantida na íntegra a sentença condenatória impugnada.

**É COMO VOTO.**

